

RESULTADOS  
2025



ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A  
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 19 de março de 2026 – A Administração da ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	75	57
Aplicações financeiras no mercado aberto	5.2	46.335	94.404
Concessionárias e permissionárias	6	1.154	767
Tributos a recuperar	8	73	13
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	13.937	13.288
Outros créditos		808	14
<b>Total do circulante</b>		<b>62.382</b>	<b>108.543</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	210.535	208.913
Tributos a recuperar	8	1.500	348
<b>Total do não circulante</b>		<b>212.035</b>	<b>209.261</b>
<b>Total do não circulante</b>		<b>212.035</b>	<b>209.261</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>274.417</b>	<b>317.804</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	5.408	15.788
Debêntures	12	1.585	717
Impostos e contribuições sociais	13	350	323
Outros passivos		727	162
<b>Total do circulante</b>		<b>8.070</b>	<b>16.990</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures		102.322	97.542
Impostos e contribuições sociais	13	8.193	8.110
Encargos setoriais		28	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	8.919	6.844
<b>Total do não circulante</b>		<b>119.462</b>	<b>112.496</b>
<b>Patrimônio líquido e recursos destinados para futuro aumento de capital</b>			
Capital social	14.1	135.583	78.337
Reservas de lucros	14.2 e 14.3	11.302	16.182
Reserva especial de dividendos	14.4	-	36.553
		146.885	131.072
Recursos destinados para futuro aumento de capital	9	-	57.246
<b>Total patrimônio líquido e recursos destinados para futuro aumento de capital</b>		<b>146.885</b>	<b>188.318</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>274.417</b>	<b>317.804</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2025	2024
Receita de construção da infraestrutura, ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura e receita das margens da obrigação de performance da construção, líquidas	15	841	128.794
Remuneração dos ativos da concessão	15	13.555	13.244
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>14.396</b>	<b>142.038</b>
Custo de Construção	16	-	(99.294)
Custos Operacionais	16	(323)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>14.073</b>	<b>42.744</b>
Despesas gerais e administrativas	16	(903)	(74)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>13.170</b>	<b>42.670</b>
Receitas financeiras	17	9.359	2.280
Despesas financeiras	17	(11.492)	(2.130)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>(2.133)</b>	<b>150</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>11.037</b>	<b>42.820</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(2.075)	(4.517)
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(2.458)	(254)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>6.504</b>	<b>38.049</b>
<b>Lucro por ação R\$</b>	18	<b>0,06</b>	<b>0,69</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>18</b>	<b>6.504</b>	<b>38.049</b>
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>		<b>6.504</b>	<b>38.049</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de Lucros		Reserva especial de dividendos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
			Legal	Retenção de lucros				
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>		<b>8.322</b>	<b>735</b>	<b>13.545</b>	<b>406</b>	-	<b>70.015</b>	<b>93.023</b>
Aumento de capital conf. AGOE de 26/04/2024	14.1	70.015	-	-	-	-	(70.015)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.049	-	<b>38.049</b>
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	14.2	-	1.902	-	-	(1.902)	-	-
Reserva especial de dividendos	14.3	-	-	-	36.147	(36.147)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	57.246	<b>57.246</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>78.337</b>	<b>2.637</b>	<b>13.545</b>	<b>36.553</b>	-	<b>57.246</b>	<b>188.318</b>
Aumento de capital conf. AGOE de 25 de abril de 2025	14.1	57.246	-	-	-	-	(57.246)	-
Dividendos a pagar conf. RD 28 de maio de 2025	14.4	-	-	-	(36.553)	-	-	<b>(36.553)</b>
Reserva de retenção de lucros utilizada para pagamento de dividendos.	14.3	-	-	(5.205)	-	5.205	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.504	-	<b>6.504</b>
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	14.2	-	325	-	-	(325)	-	-
Dividendos	14.5	-	-	-	-	(11.384)	-	<b>(11.384)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>135.583</b>	<b>2.962</b>	<b>8.340</b>	-	-	-	<b>146.885</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Geração do valor adicionado</b>			
<b>Receitas</b>			
Remuneração do ativo de contrato de concessão	15	13.555	13.244
Outras receitas	15	1.558	134.183
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16	(311)	-
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Materiais, Serviços de terceiros e outros	16	(748)	(88)
Outros custos operacionais		(161)	(99.280)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>13.893</b>	<b>48.059</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>13.893</b>	<b>48.059</b>
Valor adicionado recebido em transferência		<b>9.359</b>	<b>2.280</b>
Receitas financeiras	17	9.359	2.280
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>23.252</b>	<b>50.339</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>		<b>23.252</b>	<b>50.339</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		<b>5.251</b>	<b>10.160</b>
Tributos		5.085	10.153
Obrigações Intra-setoriais		166	7
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>		<b>11.497</b>	<b>2.130</b>
Juros	17	11.492	2.130
Aluguéis		5	-
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>6.504</b>	<b>38.049</b>
Dividendos	14.5	6.179	36.147
Lucros retidos		325	1.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	18	6.504	38.049
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		4.533	4.771
PIS & COFINS diferido		84	5.353
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais		2.050	(137)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	15	(13.555)	(13.244)
Margem de construção e remuneração do ativo de contrato	15	-	(34.858)
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Impostos a recuperar		(1.212)	(302)
Consumidores, permissionárias e ativo de contrato		10.897	(53)
Outros créditos a receber		(794)	(14)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		1.440	562
Impostos e contribuições sociais		(674)	(300)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.758)	(257)
Encargos setoriais		28	-
Outros passivos		565	7
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>8.108</b>	<b>(423)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto	5.2	57.422	(65.611)
Aplicações em linhas de transmissão de energia		(11.820)	(90.620)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos</b>		<b>45.602</b>	<b>(156.231)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos e financiamentos e debentures		-	96.137
Pagamento de debêntures - juros		(5.755)	-
Pagamento de dividendos		(47.937)	-
Recursos destinados para futuro aumento de capital		-	57.246
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento</b>		<b>(53.692)</b>	<b>153.383</b>
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>18</b>	<b>(3.271)</b>
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5	57	3.328
Caixa e equivalentes de caixa finais	5	75	57
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>18</b>	<b>(3.271)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

1 - Base de cálculo	2025			2024		
Receita líquida (RL)	14.396			142.038		
Resultado operacional (RO)	11.037			42.820		
Folha de pagamento bruta (FPB)	-			-		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	5.251	47,58%	36,48%	10.153	23,71%	7,15%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>5.251</b>	<b>47,58%</b>	<b>36,48%</b>	<b>10.153</b>	<b>23,71%</b>	<b>7,15%</b>
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	71	0,64%	0,49%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	95	0,86%	0,66%	-	0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>166</b>	<b>1,50%</b>	<b>1,15%</b>	-	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período	-			-		
Nº de admissões durante o período	-			-		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	13			-		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025			Metas 2026		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	-			-		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT

A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2025: 23.252</b>			<b>Em 2024: 50.339</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	23% governo 0% colaboradores(as)27% acionistas 49% terceiros 1% retido			25% governo 0% colaboradores(as)0% acionistas 0% terceiros 74% retido		
<b>7 - Outras Informações</b>	<b>2025</b>			<b>2024</b>		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
<b>Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)</b>	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	10			-		
<b>Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)</b>	<b>10</b>			<b>-</b>		

**Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)*

## 1. Contexto operacional

A Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A (“Companhia” ou “EAP”), com sede na cidade de Cataguases, estado de Minas Gerais, companhia integrante do Grupo Energisa, é uma sociedade anônima de capital fechado com objeto social de explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

### 1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

A controladora indireta Energisa Transmissão de Energia S/A foi vencedora do lote 05 do Leilão Aneel 02/2021 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ocorrido em 17 de dezembro de 2021, na Bovespa, em São Paulo.

Em 31 de março de 2022, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2022 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 31 de março de 2052, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no estado do Amapá, composta pelas Subestações Macapá e Macapá III (tensão 230/69 V), além disso, estão previstas as implementações de um trecho de linha de transmissão de 230 KV, circuito simples para a Linha 230 KV Ferreira Gomes-Macapá e dois trechos de linha de distribuição em 69 KV, circuitos simples da LD 69 KV Santana – Macapá III.. A EAP entrou em operação em 23 de dezembro de 2024.

#### **Transmissão de energia elétrica:**

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica estabelecem as condições de remuneração e de reversão dos bens vinculados ao término do prazo da concessão.

Nos contratos celebrados até 2019, há previsão de indenização de todos os ativos da concessão ainda não depreciados ao final da concessão.

Para os contratos celebrados posteriormente, não há cláusula específica que assegure a indenização do valor residual dos bens reversíveis ao término da concessão, havendo previsão contratual de indenização restrita aos ativos incrementais (reforços e melhorias).

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um exercício de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII – Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual exercício de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

## 1.2. Principais assuntos Regulatórios

### 1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481, de 15 de julho de 2025, estabeleceu as RAPs da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%).

A seguir, A RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Concessão	Contrato de concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras		Demais instalações	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025
		RBL	RBNI	RMEL	RBL	RBNI	RPEC/RCDM		
EAP	005/2022	7.019	-	-	5.208	-	2.136	14.363	-
								<b>14.363</b>	-

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2026.

## 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

## 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 7 - Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); e
- III. Nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

## 3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### 3.1 Principais políticas contábeis

- a. **Caixa e equivalentes de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.
- b. **Concessionárias e permissionárias** – refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de concessionárias e permissionárias de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável.

Para fins de avaliação da recuperabilidade dos créditos, a Companhia utiliza informações disponíveis sobre os agentes devedores, tendo como principal referência os relatórios de casos especiais divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que consolidam dados relacionados à inadimplência no âmbito do segmento de transmissão. Adicionalmente, a análise contempla o envelhecimento dos saldos a receber, com especial atenção aos créditos com vencimento superior a 360 dias, os quais são objeto de avaliação individualizada, em consonância com a metodologia de perdas esperadas adotada pela Companhia.

Parcela dos saldos provisionados refere-se a Avisos de Créditos Complementares (AVCs complementares), associados a encargos rescisórios previstos nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), conforme regulamentação da ANEEL.

- c. **Tributos a recuperar** – referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.
- d. **Ativo de contrato de concessão** – corresponde ao contrato de concessão nº 09/2008 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado junto ao Poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos em reforços e melhorias não amortizados (bens reversíveis) que geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 5% e 12% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo

apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. Imposto de renda e contribuição social** – a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 2025, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- f. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- g. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.

- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 6% e 10% ao ano;
- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

#### h. Instrumentos financeiros derivativos

##### **Ativos financeiros:**

*Reconhecimento inicial e mensuração* - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

*Mensuração subsequente* - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa

contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

**Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

*Reconhecimento inicial e mensuração* - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

**Mensuração subsequente** – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Classificação e Mensuração	
Valor justo por meio do resultado	Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

**Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

- i. **Cobertura de seguros** - A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade;
- j. **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

**3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board**

**(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025**

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes**

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

#### 4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto

##### 5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	75	57
<b>Total - Circulante</b>	<b>75</b>	<b>57</b>

##### 5.2. Aplicações financeiras no mercado aberto

	2025	2024
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>		
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(1)</sup></b>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	29	1.788
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	25	70
Compromissadas	3.485	17.299
Fundo Multimercado	5.127	4.284
Fundo de Renda Fixa	24.555	46.852
Letra Financeira (LFT)	5.684	10.029
Letra Financeira (LF)	5.441	10.544
Nota Crédito	66	228
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	877	3.310
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	1.046	-
<b>Total de aplicações no mercado aberto - circulante</b>	<b>46.335</b>	<b>94.404</b>

<sup>(1)</sup> Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 100,3% (99,3% em 2024) do CDI.

#### 6. Concessionárias e Permissionárias

	2025	2024
Concessionárias e Permissionárias	1.465	767
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PPECLD <sup>(1)</sup>	(311)	-
<b>Total - circulante</b>	<b>1.154</b>	<b>767</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se basicamente a saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	1.215	767
Vencidos até 90 dias	135	-
Vencidos até 180 dias	62	-
Vencidos até 360 dias	54	-
<b>Total - circulante</b>	<b>1.465</b>	<b>767</b>

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

## 7. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2025	2024
<b>Passivo</b>		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	(6.558)	(5.032)
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido	(2.361)	(1.812)
<b>Total - Passivo não circulante</b>	<b>(8.919)</b>	<b>(6.844)</b>

A natureza dos tributos diferidos são como seguem:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(21.145)	(7.189)	(20.129)	(6.844)
Diferença temporal – receitas financeiras (competência x caixa)	(5.087)	(1.730)	-	-
<b>Total - Passivo não circulante</b>	<b>(26.232)</b>	<b>(8.919)</b>	<b>(20.129)</b>	<b>(6.844)</b>

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas operacional bruta	15.114	15.114	147.426	147.426
<b>Alíquotas de presunção</b>	<b>8%</b>	<b>12%</b>	<b>8%</b>	<b>12%</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.209</b>	<b>1.814</b>	<b>11.794</b>	<b>17.691</b>
Receitas sobre aplicações financeiras	11.219	11.219	698	698
Outras receitas financeiras	6	6	21	21
<b>Base de cálculo</b>	<b>11.225</b>	<b>11.225</b>	<b>719</b>	<b>719</b>
<b>Base de cálculo total</b>	<b>12.434</b>	<b>13.039</b>	<b>12.513</b>	<b>18.410</b>
Alíquota	<b>15%</b>	<b>9%</b>	<b>15%</b>	<b>9%</b>
IRPJ e CSLL	(1.865)	(1.173)	(1.877)	(1.657)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(1.219)	-	(1.237)	-
Efeito do regime tributário - LC 224/2025 <sup>(1)</sup>	(179)	(97)	-	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido</b>	<b>(3.263)</b>	<b>(1.270)</b>	<b>(3.114)</b>	<b>(1.657)</b>

<sup>(1)</sup> A Lei Complementar nº 224/2025 determinou o acréscimo de 10% sobre os percentuais de presunção vigentes do IRPJ e da CSLL, incidente sobre a parcela da receita bruta anual que exceder R\$ 5.000.000,00, proporcional por período e por atividade. Para a Companhia, cujas

receitas de transmissão estão sujeitas aos percentuais de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL), a majoração implica elevação de 0,8 p.p. e 1,2 p.p., respectivamente, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026 para o IRPJ e 1º de abril de 2026 para a CSLL.

Em conformidade com o CPC 32, que exige a mensuração dos tributos diferidos passivos com base nas alíquotas legalmente promulgadas ao final do período de reporte, a Companhia constituiu complementarmente o passivo diferido sobre o ativo de contrato de concessão, correspondente ao efeito incremental de 0,8 p.p. (IRPJ) e 1,2 p.p. (CSLL) sobre a diferença temporária tributável apurada em 31 de dezembro de 2025.

## 8. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	13	13
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	1.560	348
<b>Total</b>	<b>1.573</b>	<b>361</b>
<b>Circulante</b>	<b>73</b>	<b>13</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.500</b>	<b>348</b>

## 9. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez é controlada pela Energisa S/A (99,9% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços Contratados	Serviços prestados <sup>(5)</sup>	Saldo a pagar (fornecedores)	Comissão e debentures – outras despesas financeiras <sup>(4)</sup>	Saldo a pagar de debentures – outras contas a pagar <sup>(4)</sup>	Recursos destinados a futuro aumento de capital <sup>(1)</sup>
Energisa Soluções S/A <sup>(2)</sup>	(1.846)	-	(2.573)	-	-	-
Energisa S/A <sup>(3)</sup>	(342)	-	(59)	(11.014)	(107.304)	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	9	-	-	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	18	-	-	-	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	34	-	-	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	21	-	-	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	79	-	-	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	48	-	-	-	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	31	-	-	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	14	-	-	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	29	-	-	-	-
<b>2025</b>	<b>(2.188)</b>	<b>283</b>	<b>(2.632)</b>	<b>(11.014)</b>	<b>(107.304)</b>	<b>-</b>
<b>2024</b>	<b>(4.815)</b>	<b>-</b>	<b>(922)</b>	<b>(2.044)</b>	<b>(102.044)</b>	<b>(57.246)</b>

(2) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

(3) Referem-se a serviços de engenharia e de projetos.

(4) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

- (5) A Companhia efetuou a 1ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 12. Em 2025 o valor atualizado é de R\$107.304.
- (6) Os serviços prestados referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

## 10. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47/IFRS 15.

A Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Ativo de contrato de concessão	2025	2024
<b>Saldo iniciais 2024 e 2023</b>	<b>222.201</b>	<b>75.542</b>
Receita de remuneração do ativo de contrato	13.555	13.244
Receita das margens da obrigação de performance de construção	-	26.584
Receita de operação e manutenção	854	54
Ganhos de eficiência na implementação da infraestrutura	-	4.512
Receita de construção da infraestrutura	-	103.033
Recebimento RAP	(12.138)	(768)
<b>Saldos finais 2025 e 2024</b>	<b>224.472</b>	<b>222.201</b>
<b>Circulante</b>	<b>13.937</b>	<b>13.288</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>210.535</b>	<b>208.913</b>

Descrição	
Linhas de Transmissão	Linha 230 KV Macapá I e Macapá III-
Margem de construção	45,88%
Margem de operação e manutenção	7,04%
Taxa de remuneração <sup>(1)</sup>	3% a 8% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custos incorridos	155.300
RAP anual	14.363

(1) A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, quando previsto reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

## 11. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores Serviços	5.408	15.788
<b>Total - circulante</b>	<b>5.408</b>	<b>15.788</b>

Referem-se às aquisições de materiais e serviços necessários à construção e manutenção de Linhas de Transmissão.

## 12. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação do empréstimo e financiamento está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2025
<b>Moeda nacional</b>				
IPCA	102.044	(5.755)	11.015	107.304
<b>(-) Custo com captação</b>	<b>(3.785)</b>		<b>388</b>	<b>(3.397)</b>
<b>Total do custo</b>	<b>98.259</b>	<b>(5.755)</b>	<b>11.403</b>	<b>103.907</b>
<b>Circulante</b>	<b>717</b>			<b>1.585</b>
<b>Não circulante</b>	<b>97.542</b>			<b>102.322</b>

	Saldos em 2023	Captação	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 2024
<b>Mensuradas ao custo – pós fixado</b>					
IPCA	-	100.000	2.044	-	102.044
<b>(-) Custo com captação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78</b>	<b>(3.863)</b>	<b>(3.785)</b>
<b>Total do custo</b>	<b>-</b>	<b>100.000</b>	<b>2.122</b>	<b>(3.863)</b>	<b>98.259</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>				<b>717</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>				<b>97.542</b>

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros <sup>(2)</sup>	Garantia <sup>(1)</sup>
	2025	2024							
<b>EAP</b>									
Debentures 1ª Emissão	107.304	102.044	14/09/2024	100.000 / 100.000	IPCA + 6,46%	set/34	Final	10,70%	SG
(-) Custos com Captação	(3.397)	(3.785)							
<b>Total</b>	<b>103.907</b>	<b>98.259</b>							

<sup>(1)</sup> SG = Sem Garantia

<sup>(2)</sup> As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2025. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos programados assim programados

	Controladora
Após 2030	102.322
<b>Total</b>	<b>102.322</b>

## 13. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	29	15
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	208	20
Contribuições ao PIS e a COFINS <sup>(1)</sup>	8.286	8.138
Encargos Sociais	3	195
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	14	44
Imposto sobre serviços - ISS	3	21
<b>Total</b>	<b>8.543</b>	<b>8.433</b>
<b>Circulante</b>	<b>350</b>	<b>323</b>
<b>Não circulante</b>	<b>8.193</b>	<b>8.110</b>

<sup>(1)</sup> PIS e COFINS são reconhecidos sobre o Ativo de contrato constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP.

## 14. Patrimônio líquido

### 14.1. Capital Social

O capital social é de R\$135.583 (R\$78.337 em 2024), representando 135.583.000 (78.337.000 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$57.246, mediante a emissão de 57.246.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal foram, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Energisa Transmissão de Energia S.A., mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia

### 14.2. Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$2.962 (R\$2.637 em 31 de dezembro de 2024).

### 14.3. Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros

O saldo da reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$8.340 (R\$13.545 em 31 de dezembro de 2024).

Em 2025, o montante de R\$5.205 foi destinado para redução da reserva de retenção de lucros, a ser ratificada em Assembleia Geral. O montante de R\$5.205 foi destinado ao pagamento de dividendos.

### 14.4. Reserva especial de dividendos

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de reserva foi de R\$36.533, que de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

Em Ata de Reunião de Diretoria realizada em 28 de maio de 2025, foi deliberada a aprovação da distribuição de dividendos, à conta do saldo de reserva especial de dividendos no montante de R\$36.553. Os pagamentos foram efetuados em 05 de junho de 2025.

### 14.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	6.504	38.049
Reserva legal – 5%	(325)	(1.902)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>6.179</b>	<b>36.147</b>
. Dividendos pagos em 24 de setembro de 2025 – R\$0,05691977 por ação <sup>(1)</sup>	7.717	-
. Dividendos pagos em 27 de novembro de 2025 – R\$0,02703907 por ação <sup>(1)</sup>	3.667	-
. Reserva especial de dividendos adicionais – R\$0,4614216135 por ação	-	36.147
<b>Total dos dividendos <sup>(2)</sup></b>	<b>11.384</b>	<b>36.147</b>
% de dividendos sobre o lucro líquido ajustado	184%	100%

<sup>(1)</sup> Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões da Diretoria de 07 de agosto e 06 de novembro de 2025, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2025, respectivamente.

<sup>(2)</sup> Foram utilizados R\$5.205 referente a reserva de retenção de lucros de anos anteriores.

## 15. Receita operacional

Descrição	2025	2024
Receita de construção da infraestrutura	-	103.033
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	-	4.512
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	26.584
Receita de operação e manutenção	854	54
Receita de remuneração do ativo de contrato	13.555	13.244
Outras receitas	704	-
<b>Total de receita operacional bruta</b>	<b>15.113</b>	<b>147.427</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
PIS corrente	(83)	(5)
PIS diferido	(16)	(953)
COFINS corrente	(385)	(23)
COFINS diferido	(68)	(4.400)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(122)	(8)
Taxa de fiscalização	(43)	-
<b>Dedução da receita</b>	<b>(717)</b>	<b>(5389)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>14.396</b>	<b>142.038</b>

## 16. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	Custo operacionais		Despesas operacionais		Total	
	Prestação a Terceiros		Gerais e Administrativas		2025	2024
Material	12		-		12	-
Serviços de terceiros	292		444		736	88
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-		311		311	-
Custo de construção	-		-		-	99.271
Outras despesas	19		148		167	9
	<b>323</b>		<b>903</b>		<b>1.226</b>	<b>99.368</b>

## 17. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
<b>Receitas financeiras:</b>		
Receita de aplicações financeiras	9.353	2.259
Outras receitas financeiras	6	21
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>9.359</b>	<b>2.280</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos de dívidas – juros	(7.011)	(1.184)
Encargos de dívidas - Variação monetária e cambial	(4.392)	(938)
Despesas com IOF	(20)	(4)
Juros e multa	(26)	(4)
Outras despesas financeiras	(43)	-
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(11.492)</b>	<b>(2.130)</b>
<b>Receitas/Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(2.133)</b>	<b>150</b>

## 18. Lucro por ação

	2025	2024
Lucro líquido do exercício:	6.504	38.049
Média ponderada das ações	116.501	54.971
<b>Lucro líquido básico por ação - R\$<sup>1</sup></b>	<b>0,06</b>	<b>0,69</b>

<sup>1</sup>A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado:</b>					
Caixa e equivalente de caixa		75	75	57	57
Consumidores e concessionárias		1.154	1.154	767	767
		<b>1.229</b>	<b>1.229</b>	<b>824</b>	<b>824</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	46.335	46.335	94.404	94.404
		<b>46.335</b>	<b>46.335</b>	<b>94.404</b>	<b>94.404</b>

  

PASSIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado:</b>					
Fornecedores		5.408	5.408	15.788	15.788
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		103.907	103.907	98.259	98.259
		<b>109.315</b>	<b>109.315</b>	<b>114.047</b>	<b>114.047</b>

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

### Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da controladora indireta Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Durante o exercício de 2025 a Companhia não operou com derivativos.

### Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo

de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

### Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial: Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - a Companhia está exposta a riscos inerentes à atividade de construção, a atrasos na execução da obra e a potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

A Companhia monitora tais riscos operacionais por meio da eficiência em seus controles internos e rígidos controles de contratação de parceiros no intuito de manter as melhores práticas de gestão e planejamento na construção de suas linhas de transmissão.

### Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		5.408	-	-	-	-	5.408
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	11,55%	3.138	3.168	15.292	22.596	166.901	211.095
<b>Total</b>		<b>8.546</b>	<b>3.168</b>	<b>15.292</b>	<b>22.596</b>	<b>166.901</b>	<b>216.503</b>

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## 20. Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Risco de Engenharia (RE)	-	-	-	383
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	25.000	1	260
Responsabilidade Civil Geral	30/07/2026	30.000	117	-
Responsabilidade Civil Obras	-	-	-	112
			118	755

## 21. Meio ambiente (\*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão das controladas são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável de cada região.

Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

**1. Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna** – Tem o objetivo principal monitorar as espécies da fauna terrestre, e assim, avaliar a influência dos impactos possivelmente gerados pela implantação do empreendimento, fornecendo subsídios para proposição de medidas mitigadoras e de manejo, a médio e longo prazo, caso seja necessário.

**2. Monitoramento e manejo da flora** – A flora é contemplada em programas de monitoramento e manejo, tais como resgate de germoplasma (sementes), cujo objetivo é a proposição de medidas eficazes de conservação dos recursos biológicos e genéticos vegetais na área diretamente afetada pelo empreendimento, visando mitigar e compensar o impacto relacionado à perda de cobertura vegetal nativa; e programa de reposição florestal, cujo objetivo é realizar a compensação ambiental pela vegetação suprimida em decorrência da implantação do empreendimento, monitorando o sucesso das brotas, como forma de aferir a efetividade das ações implementadas, corrigindo-as sempre que necessário.

**3. Controle e Monitoramento de Ruídos** – o objetivo deste programa é monitorar o nível de ruído ambiente nas áreas vizinhas ao empreendimento, tornando possível aferir a relevância do impacto acústico nos receptores próximos e propor medidas preventivas e de controle sobre as fontes de perturbação sonora. Uma das metas desse programa é a manutenção dos níveis de ruído ambiente nas imediações da operação que garantam a manutenção da qualidade acústica recomendada pela norma ABNT NBR 10151:2000 para o ambiente de inserção do empreendimento.

**4. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos** – programa visa estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento de processos erosivos que possam ocorrer durante a instalação e operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

**5. Gestão de Resíduos Sólidos** – programas elaborados no âmbito do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, cujo objetivos são reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

**6. Comunicação Social** – programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e

transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

**Aspectos ambientais** – A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. As licenças expedidas para a companhia são como segue:

Órgão licenciador	Licenças Operação (LO)	Data Emissão	Vencimento
SEMA/AP	LO 039/2024	14/03/2023	14/03/2027

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$166.

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

## 22. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	13.555	13.244
Receita de margens da obrigação de performance da construção	-	26.584
Ganho ou (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	-	4.512
Receita de construção da infraestrutura	-	-
Fornecedores a prazo	3.016	14.836
<b>Atividades de investimento</b>		
Aplicações em linhas de transmissão de energia	19	(2.944)
Provisão encerramento de obra	2.997	11.892
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	57.246	70.015

## Diretoria Executiva

### Gabriel Mussi Moraes

Diretor Presidente

### Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi

Diretor Geral de Operações

### Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

### Fernando César Maia

Diretor Técnico

### Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC-RJ 107.310/O-0

# **Energisa Amapá**

## **Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da  
Energisa Amapá Transmissora de Energia S.A.  
Cataguases - MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Amapá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Amapá Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4